



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação dos serviços de transporte (distribuição e recolhimento) de urnas eletrônicas e materiais eleitorais, distribuição de equipamentos de proteção individual e de coleta de envelopes de segurança contendo as mídias com o resultado das Eleições 2022.

1. Objeto da Contratação

Contratação do serviço de transporte de urnas eletrônicas, materiais eleitorais e de proteção individual, que compreenda, na véspera do pleito: o recolhimento nos locais de armazenamento e entrega em todos os locais de votação de Santa Catarina das urnas, cabinas de votação e equipamentos de proteção individual; e, no dia da eleição: o recolhimento nos locais de votação e entrega nos locais de apuração, das **urnas, cabinas de votação e pastas de mesário**, contendo o material usado nas seções eleitorais, além dos **envelopes** de segurança contendo as **mídias e documentos** com o resultado das seções eleitorais.

Ao final de cada etapa, **a empresa deverá entregar nos cartórios os controles e recibos assinados** pelos colaboradores da justiça eleitoral (delegados de prédio) contendo os horários das entregas ou recolhimentos.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Nas próximas Eleições, a serem realizadas no mês de outubro de 2022, participarão, no Estado de Santa Catarina, pouco mais de 5,2 milhões de eleitores, cadastrados em 16,7 mil seções eleitorais, aproximadamente.

Estas seções eleitorais deverão estar distribuídas em cerca de 3.550 diferentes locais de votação, localizados em área urbana ou rural, em 295 municípios e 99 zonas eleitorais.

Para a consolidação da missão institucional da Justiça Eleitoral, necessário fazer chegar aos locais de votação as urnas eletrônicas e demais materiais, a fim de garantir ao eleitorado o efetivo exercício do direito fundamental de voto. De igual forma, deverão ser transportadas com total segurança aos locais de apuração, as urnas, os materiais, e as mídias que contém o resultado das eleições de cada seção eleitoral.

As urnas, cabinas e equipamentos de proteção individual deverão ser entregues na véspera das eleições (1º de outubro, sábado), após as 12h, pois no mesmo dia a Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica deverá promover, entre as 9h (nove horas) e as 12h (doze horas), os sorteios das seções eleitorais cujas urnas serão submetidas aos procedimentos de auditoria da votação eletrônica (Res. TSE nº 23.673/2021).

Para realizar a entrega das aproximadamente 16.000 urnas, 16.000 cabinas, 32.000 frascos de álcool gel (2 por seção) e 3.550 caixas de máscaras descartáveis (1 por local), em cerca de 3.550 locais de votação, em tão curto espaço de tempo (sábado à tarde) são necessários cerca de 900 roteiros simultâneos, realizados por veículos de diferentes tamanhos, conforme histórico de eleições pretéritas. Para recolhimento das urnas são igualmente necessários aproximadamente 900 roteiros; quanto ao recolhimento das mídias, a estimativa é de 1.100 roteiros, os quais podem ser realizados por motocicleta, em razão do volume reduzido.

A Justiça Eleitoral catarinense não possui em seu quadro funcional recursos humanos necessários para a execução desta vultosa atividade. Tampouco possui a infraestrutura de logística adequada (veículos e motos) para realizar esse serviço.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.2. Objetivos e Benefícios

Transporte de equipamentos e materiais, compreendendo o recebimento de aproximadamente 16.000 urnas, 16.000 cabinas de votação, 32.000 frascos de álcool gel (2 por seção) e 3.550 caixas de máscaras descartáveis (1 por local) em cerca de 77 locais de armazenamento nos municípios sede de zona eleitoral do Estado, transporte e entrega das urnas e cabinas em cerca de 3.550 locais de votação nos 295 municípios de SC, na véspera da eleição.

Coleta nos locais de votação citados, transporte e entrega nos locais de apuração, de envelopes de segurança contendo as mídias e documentos com o resultado das seções eleitorais, além da entrega das urnas, cabinas de votação e pastas de mesários.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEJE	<ul style="list-style-type: none">▪ Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.▪ OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais▪ OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os Estudos Preliminares constam nos autos do PAE n. 11.546/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

As quantidades estimadas referem-se aos dados do cadastro eleitoral: cerca de 16,7 mil seções eleitorais (e aproximadamente 16 mil urnas eletrônicas, considerando que haverá algumas agregações de seções); de 3.550 locais de votação; e 295 municípios.

Os quantitativos de urnas, cabinas e materiais de proteção individual são aproximados, podendo variar em até 10% para menos ou para mais, após a definição das agregações, das mesas receptoras de justificativas, das seções de presos provisórios e do encerramento do processamento do cadastro eleitoral, que deverá ocorrer no início de julho de 2022 (Res. TSE n. 23.666/2021). O quantitativo de locais de votação pode sofrer variação de, no máximo, 5% para menos ou para mais, assim como sua distribuição em área urbana ou rural.

As quantidades contratadas levarão em consideração os dados atualizados após o fechamento e processamentos do cadastro eleitoral para as eleições 2022.

Tendo por base o histórico de eleições anteriores, serão necessários aproximadamente 900 roteiros para distribuição de urnas, cabinas e materiais de proteção individual na véspera das eleições, 900 roteiros para coletas de urnas, cabinas e pastas de mesário, no dia das eleições e cerca de 1.100 roteiros para coletas de mídias e documentos com os resultados das seções eleitorais, no dia das eleições.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

1. **Recebimento** de urnas eletrônicas, cabinas de votação e equipamentos de proteção individual em cerca de 77 locais de armazenamento em diferentes municípios sedes de zonas eleitorais do Estado de Santa Catarina, **transporte** aos locais de votação **e entrega** aos delegados de prédio designados pela Justiça Eleitoral de aproximadamente 16.000 urnas, 16.000 cabinas de votação, 32.000 frascos de álcool gel (2 por seção) e 3.550 caixas de máscaras descartáveis (1 por local) em cerca de 3.550 locais nos 295 municípios de Santa Catarina, **no dia 1º de outubro de 2022** (sábado), sendo aproximadamente 1.850 locais em **área urbana** e 1.700 locais em **área rural**.
2. **Coleta** nos locais de votação citados no item 1, **transporte** aos locais de apuração ou de armazenamento **e entrega** aos auxiliares de secretaria das juntas eleitorais, servidores ou prepostos designados pela Justiça Eleitoral, **no dia 2 de outubro de 2022** (domingo), depois de encerrado o processo de votação (a partir das 17h), das **urnas, cabinas de votação e pastas de mesário** contendo o material usado nas seções eleitorais.
3. **Coleta** nos locais de votação citados no item 1, **transporte e entrega** aos auxiliares de secretaria das juntas eleitorais ou servidores designados pela Justiça Eleitoral, nos locais de apuração, **no dia 2 de outubro de 2022** (domingo), após encerrado o processo de votação (a partir das 17h), dos **envelopes** de segurança contendo **mídia** e documentos com o resultado das eleições nas seções eleitorais correspondentes.
4. Nas Eleições Gerais de 2022 **poderá haver 2º turno** para cargo de Presidente da República e/ou Governador do Estado. Em havendo, as operações deverão ser repetidas pela Contratada em todo o Estado, nos dias 29 de outubro de 2022 (item 1) e 30 de outubro de 2022 (itens 2 e 3).
5. Ao final de cada etapa, a empresa deverá entregar nos cartórios os controles e recibos assinados pelos colaboradores da justiça eleitoral (delegados de prédio) contendo os horários das entregas ou recolhimentos.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Considerando a característica temporária dos serviços e o fim a que se destina no curto período do calendário eleitoral, a contratação deverá ser realizada de forma centralizada, pelo TRE-SC, a fim de facilitar a gestão contratual e promover economia, não sendo viável seu parcelamento em itens, por região ou período.

O objeto deverá ser adjudicado GLOBALMENTE à empresa cuja proposta seja considerada vencedora.

2.10. Seleção do Fornecedor

Os proponentes deverão apresentar os **preços unitários** relativos ao transporte, por local de votação, discriminados **por item (1, 2 e 3 do tópico 2.7)**, **subdividindo-os em área urbana e rural**, aplicando-se, para o cálculo do preço final estimado, a seguinte fórmula:

$$Pf = (Peuu + Pcuu) \times 1.850 + (Peur + Pcur) \times 1.700 + Pcmu \times 1.850 + Pcmr \times 1.700$$



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

onde,

- Peuu = **Preço** por local de **entrega** de **urnas**, cabinas e materiais de proteção individual em área **urbana**
- Peur = **Preço** por local de **entrega** de **urnas** e cabinas e materiais de proteção individual em área **rural**
- Pcuu = **Preço** por local de **coleta** de **urnas**, pastas e cabinas em área **urbana**
- Pcur = **Preço** por local de **coleta** de **urnas**, pastas e cabinas em área **rural**
- Pcmu = **Preço** por local de **coleta** de envelopes com **mídias** em área **urbana**
- Pcmr = **Preço** por local de **coleta** de envelopes com **mídias** em área **rural**
- Pf** = **Preço final estimado**
- Para fins de julgamento, o preço final estimado considera a ocorrência apenas do 1º turno, conforme os dados arrolados nos **itens 1 a 3 do tópico 2.7.**
 - A quantidade de locais é aproximada, correspondendo à totalidade existente no Cadastro Eleitoral, em abril de 2022, podendo haver variações (conforme citado), de acordo com a definição das agregações, a instalação de mesas receptoras de justificativas, das seções de presos provisórios e o incremento do eleitorado até o prazo final de encerramento do processamento do cadastro de eleitores.
 - As quantidades de locais e de roteiros realizados em 2020, conforme informações registradas pelos cartórios eleitorais, estarão disponíveis no site do TRESC em link a ser informado no Edital.
 - Em alguns locais, poderá ser necessária a realização parcial do percurso por via aquática, conforme indicado no Anexo II.
 - Em alguns casos, devido às condições desfavoráveis das estradas, especialmente nas localidades do interior do Estado, o roteiro de coleta das mídias poderá ser incorporado pelo roteiro de coleta das urnas, resultando em apenas um tipo de roteiro de coleta, o de urnas, para efeitos de controle e pagamento.
 - **O pagamento será efetuado de acordo com o número de locais onde o serviço for efetivamente prestado**, considerando-se os preços unitários contratados.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica, quantidades e prazos com o objeto licitado;

a.1) a comprovação da capacidade técnica solicitada acima deverá contemplar **a entrega e/ou a coleta**, em um mesmo dia, de um quantitativo mínimo de **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo total de locais previsto (subitens 1, 2 e 3 do item 2.7), ou seja, **entregas e/ou coletas** em pelo menos 1.775 locais com endereços distintos em um mesmo dia;

b) declaração de disponibilidade de veículos e pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, que compreende um número estimado de 900 (novecentos) roteiros



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

simultâneos, tanto para entrega quanto para coleta de urnas e cabinas, bem como de 1.100 (um mil e cem) roteiros simultâneos para coleta de mídias de resultado;

c) documento que comprove a inscrição da empresa no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em conformidade com o art. 30, IV, da Lei n. 8666/1993.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Pregão eletrônico, do tipo menor preço.

2.12. Impacto Ambiental

Não se aplica.

2.13. Conformidade Técnica

Resoluções do TSE para as eleições 2022.

2.14. Obrigações da Proponente

Não se aplica.

2.15. Obrigações da Contratante

O Contratante deverá cumprir com as seguintes obrigações durante a vigência do Contrato:

- 2.15.1. Promover, através de seus representantes, a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.15.2. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.
- 2.15.3. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- 2.15.4. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto deste Contrato, visando a obter os melhores resultados na prestação dos serviços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.15.5. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.16. Obrigações da Contratada

1. Efetuar **a entrega das urnas, cabinas e materiais de proteção individual** até as **19 horas** do dia **1º de outubro de 2022**, nos locais de votação, iniciando os trabalhos no período vespertino, até as 14h, conforme acerto com o Juízo Eleitoral;
2. Efetuar **a entrega das urnas, pastas de mesário e cabinas** até as **20 horas** do dia **2 de outubro de 2022**, nos locais de apuração ou armazenamento;
3. Realizar **a entrega dos envelopes contendo as mídias e documentos com resultados** das seções eleitorais coletados nos locais de votação após o encerramento do processo de votação, até as **19 horas** do dia **2 de outubro de 2022**, nos locais de apuração;
4. **Havendo 2º turno**, repetir as operações entregando as urnas e materiais nos horários estipulados, nos dias 29 de outubro de 2022 (**item 1**) e 30 de outubro de 2022 (**itens 2 e 3**);
5. Ao final de cada etapa, entregar nos cartórios eleitorais os controles e recibos assinados pelos colaboradores da justiça eleitoral (delegados de prédio) contendo os horários das entregas ou recolhimentos.
6. Designar formalmente **2 (dois) prepostos** para atuarem **no TRE/SC**, com infraestrutura própria de comunicação (telefone celular e e-mail) e autonomia gerencial, na véspera (durante o período vespertino) e no dia da eleição (1º e 2º turnos), quando deverão estar presentes durante toda a execução da operação;
7. Realizar **reunião com cada juízo eleitoral**, após a definição dos roteiros, até os dias **15 de setembro de 2022 (1º turno) e 13 de outubro de 2022 (2º turno)**, para definição de questões administrativas;
8. Designar formalmente **1 (um) preposto** com autonomia gerencial para atuar **em cada zona eleitoral** do Estado na véspera e data do pleito (1º e 2º turnos), durante toda a execução da operação;
9. Realizar a distribuição e coleta de urnas, pastas, cabinas e demais materiais, utilizando-se de funcionários em quantidade suficiente para a realização das atividades necessárias (condução do veículo, carregamento dos materiais e preenchimento de controles/recibos) e cumprimento dos prazos definidos nos **subitens 1 a 4**;
10. Os **veículos e funcionários** da empresa, responsáveis pela coleta, deverão apresentar-se, conforme designação formal, devidamente **identificados**, com adesivo, crachá e colete, respectivamente;
11. **Transportar 1 (um) servidor designado pela Justiça Eleitoral** para acompanhar/fiscalizar cada roteiro de **entrega** de urnas, cabinas e materiais de proteção individual. Não cabe ao representante da Justiça Eleitoral executar atividades de responsabilidade da contratada, incluindo o preenchimento de controles e recibos.
12. **Retornar ao cartório eleitoral**, acompanhada do servidor referido no item acima, após a conclusão de cada roteiro de entrega, a fim de confirmar a execução do serviço e entregar os **recibos contendo a hora da entrega e a assinatura do responsável pela recepção das urnas** em cada local de votação;
13. Disponibilizar envelopes grandes nos roteiros de recolhimentos das mídias, a fim de acondicionar os envelopes de segurança contendo as mídias e os documentos com o resultado das seções eleitorais.
14. **Adotar as cautelas** necessárias para o **manuseio e transporte** das urnas, observando as orientações da Justiça Eleitoral, acondicionando-os **exclusivamente nos compartimentos de**



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

carga dos veículos.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Incluído no item 2.7.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica.

3.1.2. Códigos SIASG

3263 – Transporte rodoviário – cargas / encomendas.

3.1.3. Vigência

O contrato a ser firmado com a empresa vencedora terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

3.2. Modelos de Documentos

Os modelos de controles e recibos utilizados pelo Contratante e pela Contratada na execução das atividades estão disponíveis no sistema Rotas e serão fornecidos pelos cartórios eleitorais.

Caso o TRESC disponibilize sistema apropriado, os recibos poderão ser assinados eletronicamente.

Florianópolis, em 10 de maio de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto n. 10.024/2019.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração, especialmente designados, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

Compete ao Contratante promover, por meio dos Gestores do Contrato, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à empresa Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRES e da Contratada

A gestão do contrato no TRES caberá a Equipe de Gestão da Contratação. O acompanhamento do contrato nas zonas eleitorais caberá às respectivas chefias de cartório eleitoral.

A empresa deverá designar formalmente **2 (dois) prepostos** para atuarem **no TRE/SC**, com infraestrutura própria de comunicação (telefone celular e e-mail) e autonomia gerencial, na véspera (durante o período vespertino) e no dia da eleição (1º e 2º turnos), quando deverão estar presentes durante toda a execução da operação.

Deverá ocorrer uma reunião no TRES com os representantes da empresa após a assinatura do contrato.

A empresa deverá designar formalmente **1 (um) preposto** com autonomia gerencial para atuar **em cada zona eleitoral** do Estado na véspera e data do pleito (1º e 2º turnos), durante toda a execução da operação.

Deverá ocorrer **reunião com cada juízo eleitoral**, após a definição dos roteiros, até os dias **15 de setembro de 2020 (1º turno) e 13 de outubro de 2020 (2º turno)**, para definição de questões administrativas.

Os **roteiros** de entrega e coleta dos materiais deverão ser elaborados a partir de versão preliminar definida pela STI/Coordenadoria de Eleições, **de comum acordo** com as chefias dos cartórios das 99 zonas eleitorais do Estado, cabendo a estas a decisão final.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Id.	Etapas	Entregas	Data	Responsável
1	Definição dos roteiros	Roteiros em versão preliminar	Até 13/09/2022	ZE e Empresa
2	Reunião para confirmação dos roteiros e ajustes finais	Roteiros revisados (versão final)	Até 15/09/2022	ZE e Empresa
3	Distribuição das urnas, cabinas, materiais de proteção e devolução dos recibos assinados	Urnas, cabinas e materiais de proteção distribuídos e Recibos assinados com horários	1º/10/2022	Empresa



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4	Recolhimento das urnas, mídias, materiais e entregas dos recibos assinados	Urnas, mídias, materiais coletados e recibos assinados com horários	02/10/2022	Empresa
---	--	---	------------	---------

Os dados referem-se ao 1º turno das eleições (havendo 2º turno, repetem-se os itens 2, 3 e 4, ajustando-se o cronograma).

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

O serviço de transporte em tela deverá ser planejado mediante **roteiros de entrega e coleta** dos materiais, os quais deverão ser elaborados em **comum acordo** com as chefias dos cartórios das 99 zonas eleitorais do Estado, cabendo a estas a decisão final.

Para controle da movimentação dos equipamentos e materiais deverão ser utilizados **recibos, os quais serão assinados** pelos colaboradores da Justiça Eleitoral (delegados de prédio) **informando os horários** das entregas e recolhimentos.

Os recibos serão providenciados pelo cartório eleitoral, oriundos do Sistema de Rotas, de propriedade da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Também mediante o Sistema de Rotas, o cartório informará ao TRE-SC o cumprimento das etapas de distribuição e recolhimento dos objetos e entrega dos recibos assinados contendo os horários realizados.

A atestação dos serviços se dará mediante as informações alimentadas no Sistema de Rotas pelos cartórios eleitorais.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O protocolo de comunicação entre o Tribunal e a Contratada ocorrerá mediante a troca de mensagens eletrônicas (e-mail) entre a Equipe de Gestão da Contratação e os prepostos da empresa.

Também haverá o acompanhamento da execução do contrato mediante as informações de realização de atividades fornecidas pelos cartórios eleitorais, via acompanhamento próprio do Projeto Eleições 2022, e principalmente, pelo apontamento e preenchimento das informações no Sistema Rotas.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

O recebimento definitivo dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficarão impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2.2. As sanções previstas no subitem 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.2.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.3.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.3.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.3.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor do contrato;

1.11.3.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor do contrato;

1.11.3.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESA, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

1.11.4. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.5. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea “c” do subitem 1.11.4 são de competência do Presidente do TRESA.

1.11.6. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.6.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.6, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.6.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.7. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.4, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.8. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.8.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.8.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.8.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 11.4 exaure-se a esfera administrativa.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II

Locais de votação que necessitam, alternativamente, de percurso parcial por via aquática em Santa Catarina

ZONA	MUNICÍPIO	LOCAL	NOME DO LOCAL	LOCALIDADE	ESPECIFICAÇÃO
27ª	SÃO FRANCISCO DO SUL	1180	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOÃO ALFREDO MOREIRA	VILA DA GLÓRIA	Travessia hidroviária da Baía da Babitonga, de 4 a 7 km, conforme o ponto de partida/retorno e o meio de transporte utilizado (barco ou balsa)
		1198	ESCOLA MUNICIPAL DO ESTALEIRO	ESTALEIRO	
20ª	LAGUNA	1309	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA FRANCISCO ZEZUÍNO VIEIRA	PONTA DA BARRA	Travessia hidroviária por balsa, de aproximadamente 1 km de extensão, sobre os molhes da barra de Laguna
		1112	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CUSTÓDIO FLORIANO DE CÔRDOVA	PASSAGEM DA BARRA	
		1120	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA COMANDANTE MOREIRA	CAMPOS VERDES	
		1538	SALÃO PAROQUIAL CANTO DA LAGOA	CANTO DA LAGOA	
		1503	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA VEREADOR JURANDIR PEREIRA DOS SANTOS	CIGANA	
		1317	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SANTA MARTA	FAROL DE SANTA MARTA	
13ª	FLORIANÓPOLIS	1643	GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL	COSTA DA LAGOA	Travessia hidroviária por meio de barco de linha, que cruza a Lagoa da Conceição



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo III - Modelos de Documentos

Os modelos de controles e recibos utilizados pelo Contratante e pela Contratada na execução das atividades estão disponíveis no sistema Rotas e serão fornecidos pelos cartórios eleitorais.

Caso o TRESC disponibilize sistema apropriado, os recibos poderão ser assinados eletronicamente.